

O PORTUGUÊS LÍNGUA DE INTEGRAÇÃO EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO *IN* *E OUT*

Patrícia Jerónimo

Escola de Direito da Universidade do Minho, Portugal

Resumo: A proficiência linguística é um fator da máxima importância em contextos migratórios, enquanto instrumento de integração dos *imigrantes* e enquanto meio de manutenção dos laços dos *emigrantes* com os países de origem. Isso explica as iniciativas internacionais para promover a educação intercultural bilingue e assegurar direitos linguísticos às minorias e também as políticas estaduais de promoção e internacionalização das línguas oficiais. Este texto analisa os padrões internacionais relevantes para a tutela dos direitos linguísticos dos migrantes e discute as medidas adotadas pelos Estados português e brasileiro no sentido de valorizar o Português como língua segunda e como língua de herança.

Abstract: Linguistic proficiency is a key factor in migration processes, either as an instrument for *immigrant* integration in host societies or as a way to keep *emigrants*' ties with their countries of origin. This explains the international policies aimed at promoting intercultural bilingual education and protecting the linguistic rights of minorities, as well as the national policies for the promotion and internationalisation of official languages. This chapter analyses the international standards on the protection of migrants' linguistic rights and discusses the policies adopted by Portugal and Brazil to enhance the value of Portuguese as second language and as heritage language.

Num Simpósio internacional sobre o ensino do Português como língua estrangeira, entre eminentíssimos professores de língua portuguesa provenientes de todos os países que têm o Português como língua oficial, a intervenção de uma jurista pode parecer estranha e mais uma manifestação da célebre arrogância dos juristas, que julgam saber de tudo um pouco e que não hesitam em avançar atrevidamente por seara alheia. Sem negar o atrevimento que possa ser-me imputado, eu gostaria de começar por sublinhar os pontos de contacto entre língua e Direito e explicar o enfoque que proponho para a análise a desenvolver nas páginas que se seguem. Desde logo, como observa CARVALHO (2012, 463-464), a lei é um dos grandes instrumentos de planeamento linguístico, na medida em que pode definir a forma (escrita, léxico), o uso (estatuto como língua oficial ou cooficial) e a defesa das línguas (impondo a proteção e a promoção internacional de um idioma, por exemplo). Além disso, e para o que mais imediatamente me interessa neste trabalho, o uso da língua é uma questão de direitos humanos, já que a

língua é uma parte essencial da identidade individual. Em contextos migratórios, as competências linguísticas assumem particular importância, enquanto instrumento de integração dos *imigrantes* nas sociedades de acolhimento (*e.g.* condição de acesso ao mercado de trabalho, à autorização de residência e à nacionalidade do país de destino) e, ao mesmo tempo, enquanto meio de manutenção dos laços socioculturais dos *emigrantes* com os respetivos países de origem.

Esta observação vale para a generalidade das línguas e está na base de um grande número de recomendações e iniciativas por parte de organismos internacionais, como a UNESCO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no sentido de promover a educação intercultural bilingue e de assegurar direitos linguísticos às minorias, entre outras medidas¹. É também o reconhecimento da importância da língua como instrumento de integração e/ou como meio de preservar os laços com a diáspora que tem levado muitos Estados a adotar políticas linguísticas dirigidas à promoção e à internacionalização das respetivas línguas oficiais.

Com este texto, proponho-me fazer um levantamento dos padrões internacionais de direitos humanos relevantes para a tutela dos direitos linguísticos dos migrantes, entendidos estes como a faculdade individual ou coletiva de escolher a língua ou línguas de comunicação em público e em privado, incluindo *e.g.* a faculdade de usar a própria língua perante as autoridades públicas, de receber educação na/da própria língua e de ter ao dispor meios de comunicação social numa língua compreensível e escolhida livremente. Ainda que não sejam uma panaceia para todos os males, os padrões internacionais de direitos humanos são muito importantes, na medida em que sinalizam consensos na sociedade internacional e, quando dotados de força jurídica vinculativa (como acontece com a maioria dos instrumentos normativos analisados neste texto), definem obrigações para os Estados e instituem mecanismos de supervisão que pressionam os Estados a assegurar direitos aos indivíduos presentes nos respetivos territórios (SHELTON, 2014, 190-202, 220-237). Feito o enquadramento de Direito internacional, analisarei depois o nexo entre direitos linguísticos e migrações no mundo lusófono, atentando nos meios políticos e jurídicos adotados pelos Estados português e brasileiro – os dois países lusófonos com significativos contingentes de *emigração* e de

¹ Considere-se, por exemplo, o *Plano de Ação de Lisboa*, de 2013, que exorta os Estados Membros da CPLP a que se constituam como espaços de promoção da língua, nomeadamente através de incentivos a práticas de multilinguismo e do apoio a programas de ensino bilingue. Disponível em: <https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf>. Acesso em: 29 março 2018.

imigração – no sentido de valorizar o Português como língua segunda (de acolhimento) e como língua de herança.

1. Direitos linguísticos e direitos humanos

1.1. Direitos linguísticos como direitos de pessoas pertencentes a minorias

No plano do Direito internacional dos direitos humanos, os direitos linguísticos aparecem habitualmente associados à proteção de *minorias*, enquanto direitos culturais e/ou direitos a assegurar no domínio da educação. Os padrões internacionais de direitos humanos respeitantes à proteção de minorias incluem o direito de usar a língua minoritária em público e em privado, o direito de aprender a língua minoritária e o direito de comunicar com as autoridades estaduais na língua minoritária.

Por exemplo, o *Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos*, de 1966², estabelece, no seu artigo 27.º, que, nos Estados em que existam minorias linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não devem ser privadas do direito de, em comum com os outros membros do seu grupo, empregar a sua própria língua. A *Convenção sobre os Direitos da Criança*, de 1989³, adota uma formulação semelhante ao estatuir, no seu artigo 30.º, que, nos Estados em que existam minorias linguísticas, nenhuma criança pertencente a uma minoria poderá ser privada do direito de, conjuntamente com membros do seu grupo, utilizar a sua própria língua. A *Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas*, de 1992⁴, vai mais longe – o que não surpreende, atenta a circunstância de se tratar de um instrumento

² *International Covenant on Civil and Political Rights*. Adotado e aberto à assinatura dos Estados em 16 de dezembro de 1966. A versão portuguesa oficial pode ser consultada no instrumento de ratificação do Pacto pelo Estado português – Lei n.º 29/78, de 12 de junho, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 133, de 12 de junho de 1978. Vale a pena referir que o Pacto foi ratificado por todos os Estados de língua oficial portuguesa: Angola (1992), Brasil (1992), Cabo Verde (1993), Guiné-Bissau (2010), Moçambique (1993), Portugal (1978), São Tomé e Príncipe (2017), Timor-Leste (2003).

³ *Convention on the Rights of the Child*. Adotada e aberta à assinatura dos Estados em 20 de novembro de 1989. A versão portuguesa oficial pode ser consultada no instrumento de ratificação da Convenção pelo Estado português – Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 211, de 12 de setembro de 1990. A Convenção foi ratificada por todos os Estados de língua oficial portuguesa: Angola (1990), Brasil (1990), Cabo Verde (1992), Guiné-Bissau (1990), Moçambique (1994), Portugal (1990), São Tomé e Príncipe (1991), Timor-Leste (2003).

⁴ *Declaration on the Rights of Persons Belonging to National or Ethnic, Religious and Linguistic Minorities*. Adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, Resolução n.º 47/135, de 18 de dezembro de 1992. Uma versão portuguesa (não oficial) pode ser consultada em <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_10.htm>. Acesso em: 14 março 2018.

não vinculativo – e estatui, entre outras coisas, que os Estados devem proteger a existência e a identidade linguística das minorias presentes nos seus territórios e proporcionar condições para a promoção dessa identidade (artigo 1.º); que as pessoas pertencentes a minorias têm o direito de usar a sua língua, em público e em privado, livremente e sem interferência ou qualquer forma de discriminação (artigo 2.º, n.º 1); e que os Estados devem tomar medidas para que, sempre que possível, as pessoas pertencentes a minorias tenham a oportunidade de aprender a sua língua materna ou de receber instrução na sua língua materna (artigo 4.º, n.º 3).

Passando do âmbito da Organização das Nações Unidas, para o plano do Conselho da Europa, refira-se que a *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias*, de 1992⁵, impôs aos Estados Parte, entre outros, o dever de assegurar educação (ou parte substancial da educação) pré-escolar, primária e secundária e ensino (ou parte substancial do ensino) técnico, profissional e universitário, bem como cursos de educação para adultos, nas línguas regionais ou minoritárias (artigo 8.º); o dever de garantir que os tribunais, a pedido de uma das partes, conduzam o processo nas línguas regionais ou minoritárias (artigo 9.º); o dever de garantir que as autoridades administrativas utilizam as línguas regionais ou minoritárias (artigo 10.º); e o dever de assegurar a criação de, pelo menos, uma estação de rádio e um canal de televisão nas línguas regionais ou minoritárias (artigo 11.º). Ainda no âmbito do Conselho da Europa, a *Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais*, de 1995⁶, identifica a língua como um dos elementos essenciais da identidade das minorias nacionais e impõe aos Estados que promovam as condições adequadas a permitir às pessoas pertencentes a minorias nacionais a conservação e o desenvolvimento da sua cultura, incluindo a preservação da respetiva língua (artigo 5.º). Nos termos do artigo 9.º, n.º 1, da Convenção Quadro, a liberdade de expressão a reconhecer pelos Estados Parte às pessoas pertencentes a minorias nacionais inclui a liberdade de receber ou de comunicar informações ou ideias na língua minoritária, sem ingerência de autoridades públicas e sem consideração de fronteiras. À semelhança

⁵ *European Charter for Regional or Minority Languages*. Adotada e aberta à assinatura dos Estados em 5 de novembro de 1992. Uma versão portuguesa (não oficial, atenta a circunstância de Portugal não ter ratificado a Carta) pode ser consultada em <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_5.htm>. Acesso em: 14 março 2018.

⁶ *Framework Convention for the Protection of National Minorities*. Aberta à assinatura dos Estados em 1 de fevereiro de 1995. A versão portuguesa oficial pode ser consultada no instrumento de ratificação da Convenção Quadro pelo Estado português – Resolução da Assembleia da República n.º 42/2001, publicada no *Diário da República*, I Série-A, n.º 145, de 25 de junho de 2001. Tratando-se de um instrumento adotado no quadro do Conselho da Europa, Portugal é naturalmente o único Estado de língua oficial portuguesa que é Parte na Convenção Quadro.

do que vimos para os instrumentos adotados no quadro das Nações Unidas, também a Convenção Quadro impõe aos Estados Parte o dever de reconhecerem a qualquer pessoa pertencente a uma minoria nacional o direito de utilizar, livremente e sem obstáculos, a sua língua minoritária, tanto em privado como em público, oralmente e por escrito (artigo 10.º, n.º 1). A Convenção Quadro vai, no entanto, mais longe ao estabelecer que, em áreas geográficas de implantação substancial ou tradicional de pessoas pertencentes a minorias nacionais, os Estados têm o dever de se esforçar por criar, a pedido dessas pessoas e sempre que um tal pedido corresponda a uma real necessidade, condições que permitam a utilização da língua minoritária nas relações destas pessoas com as autoridades administrativas (artigo 10.º, n.º 2); e ao exigir dos Estados que garantam o direito de qualquer pessoa pertencente a uma minoria nacional a ser informada, no mais curto prazo e em língua que compreenda, das razões da sua prisão, da natureza e da causa da acusação contra si formulada, bem como do direito de se defender nessa língua, se necessário com a assistência gratuita de um intérprete (artigo 10.º, n.º 3). A Convenção Quadro obriga ainda os Estados Parte a reconhecer a qualquer pessoa pertencente a uma minoria nacional o direito de utilizar o nome próprio na língua minoritária (artigo 11.º, n.º 1) e o direito de apresentar, na sua língua minoritária, letreiros, inscrições e outras informações de natureza privada expostas ao público (artigo 11.º, n.º 2), bem como a esforçar-se por apresentar as denominações tradicionais locais, nomes de ruas e outras indicações topográficas destinadas ao público igualmente na língua minoritária, nas regiões tradicionalmente habitadas por um número substancial de pessoas pertencentes a uma minoria nacional, sempre que haja uma suficiente procura para tais indicações (artigo 11.º, n.º 3). No domínio da educação, os Estados Parte estão obrigados a reconhecer a qualquer pessoa pertencente a uma minoria nacional o direito de aprender a sua língua minoritária (artigo 14.º, n.º 1) e a esforçar-se por assegurar, nas áreas geográficas de implantação substancial ou tradicional de pessoas pertencentes a minorias nacionais, se existir suficiente procura, que as pessoas pertencentes a estas minorias tenham a possibilidade de aprender a língua minoritária ou de receber um ensino nesta língua, no quadro do sistema educativo (artigo 14.º, n.º 2).

Feito este primeiro levantamento dos direitos linguísticos incluídos nos padrões internacionais de direitos humanos, importa observar que o reconhecimento destes direitos a pessoas pertencentes a minorias torna problemática a sua aplicação em contextos migratórios, já que a posição dominante na prática dos Estados e em alguma doutrina (*e.g.* CORREIA, 2000, 21-26) continua a ser a de que os imigrantes não

constituem minorias para efeitos da aplicação dos padrões de Direito internacional acabados de referir. A *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias*, aliás, é explícita na exclusão das línguas dos migrantes da definição de “línguas regionais ou minoritárias” (artigo 1.º). O mesmo não se verifica para outros tratados, como o Pacto de 1966 e a Convenção Quadro de 1995, que não oferecem uma definição de minoria, mas este silêncio é, por seu turno, aproveitado pelos Estados Parte para fazerem valer definições de minoria que limitam substancialmente as suas obrigações no plano internacional. Portugal, por exemplo, tem defendido perante os órgãos de supervisão de ambos os tratados que não existem minorias nacionais no seu território, mas apenas “minorias sociais de facto”, que, segundo as autoridades portuguesas, não estão abrangidas pelas normas sobre minorias constantes do Pacto e da Convenção Quadro. Portugal está também entre a maioria dos Estados que continua a defender que a cidadania do Estado de residência é um requisito indispensável para o reconhecimento como membro de uma minoria – apesar das recomendações de sentido contrário feitas pelos órgãos de supervisão⁷ –, o que tem como efeito a exclusão das “novas minorias” formadas pela imigração (JERÓNIMO, 2011, 352-353). Assim sendo, não é líquido que os padrões internacionais de direitos humanos sobre minorias possam ser invocados por imigrantes perante as autoridades dos respetivos Estados de residência, o que é uma pena, já que é no plano da proteção das minorias que os padrões internacionais sobre direitos linguísticos se encontram mais desenvolvidos. Há, ainda assim, motivos para não desanimar, como veremos já a seguir.

1.2. Direitos linguísticos dos migrantes

Importa referir, desde logo, que a maioria das disposições contidas nos tratados internacionais de direitos humanos beneficiam nacionais e estrangeiros em igual medida⁸

⁷ O Comité dos Direitos do Homem, das Nações Unidas, no seu Comentário Geral n.º 23 de 1994 sobre os direitos das minorias, esclareceu que os indivíduos protegidos pelo artigo 27.º do *Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos* são todos os membros de um grupo que partilhe uma cultura, religião e/ou língua comum, não sendo necessário que estes sejam cidadãos do Estado, nem sequer que residam a título permanente no seu território (JERÓNIMO, 2013, 247-248). O Comité Consultivo da *Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais*, apesar de admitir que alguns dos preceitos da Convenção só fazem sentido para as “velhas minorias”, defende que a tutela das “novas minorias” é inteiramente possível ao abrigo da Convenção e tem elogiado os Estados Parte que adotam semelhante leitura (JERÓNIMO, 2011, 353).

⁸ O espírito universalista subjacente aos tratados internacionais de direitos humanos implica que seja muito reduzido o número de direitos que os Estados estão autorizados a reservar para os seus nacionais

e que algumas dessas disposições têm direta relevância para a proteção dos direitos linguísticos dos migrantes. Basta ter presente que todos os tratados de direitos humanos de conteúdo generalista incluem cláusulas de não discriminação que proíbem (e exigem proteção estadual contra) tratamentos discriminatórios baseados na língua e que alguns tratados incluem garantias de assistência linguística em processo penal. Por exemplo, o *Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos* impõe aos Estados Parte que respeitem e garantam os direitos a todos os indivíduos que se encontrem nos seus territórios e estejam sujeitos à sua jurisdição, sem qualquer distinção derivada, nomeadamente, da língua (artigo 2.º, n.º 1), acrescentando que a lei deve proibir todas as discriminações e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra toda a espécie de discriminação, nomeadamente, por motivos de língua (artigo 26.º). Formulações semelhantes podem ser encontradas no artigo 2.º, n.º 2, do *Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais*, de 1966⁹, no artigo 2.º, n.º 1, da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, no artigo 14.º da *Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, de 1950¹⁰, no artigo 1.º, n.º 1, da *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, de 1969¹¹, e no artigo 2.º da *Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos*, de 1981¹². No que toca aos direitos linguísticos em processo penal, o *Pacto*

(JERÓNIMO & VINK, 2013, 38-42). O *Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos* autoriza os Estados a reservar para os seus nacionais os direitos de participação política e de acesso ao território (artigos 12.º e 25.º), enquanto o *Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais* autoriza os países em vias de desenvolvimento a restringir o acesso de não nacionais aos direitos económicos, tendo em devida conta os direitos do homem e a respetiva economia nacional (artigo 2.º, n.º 3).

⁹ *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Adotado e aberto à assinatura dos Estados em 16 de dezembro de 1966. A versão portuguesa oficial pode ser consultada no instrumento de ratificação do Pacto pelo Estado português – Lei n.º 45/78, de 11 de julho, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 157, de 11 de julho de 1978. O Pacto foi ratificado por todos os Estados de língua oficial portuguesa, exceto Moçambique: Angola (1992), Brasil (1992), Cabo Verde (1993), Guiné-Bissau (1992), Portugal (1978), São Tomé e Príncipe (2017), Timor-Leste (2003).

¹⁰ *Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms*. Concluída e aberta à assinatura dos Estados em 4 de novembro de 1950. A versão portuguesa oficial pode ser consultada no instrumento de ratificação da Convenção pelo Estado português – Lei n.º 65/78, de 13 de outubro, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 236, de 13 de outubro de 1978. Também aqui, por se tratar de um instrumento adotado no quadro do Conselho da Europa, Portugal é o único Estado de língua oficial portuguesa Parte na Convenção.

¹¹ *American Convention on Human Rights “Pact of San Jose, Costa Rica”*. Celebrada e aberta à assinatura dos Estados em 22 de novembro de 1969. A versão oficial portuguesa pode ser consultada no instrumento de ratificação da Convenção pelo Estado brasileiro – Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1992, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf>. Acesso em: 16 março 2018. Atento o âmbito regional deste instrumento, o Brasil é o único Estado de língua oficial portuguesa Parte na Convenção.

¹² *African Charter on Human and Peoples’ Rights*. Adotada e aberta à assinatura dos Estados em 26 de junho de 1981. Uma versão portuguesa (não oficial) pode ser consultada no *site* do Gabinete de Documentação e Direito Comparado, em <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_1/IIIPAG3_1_25.htm>. Acesso em: 16 março 2018. A Carta foi ratificada por todos os Estados africanos de língua oficial portuguesa: Angola (1990), Cabo Verde (1987), Guiné-Bissau (1985), Moçambique (1989), São Tomé e Príncipe (1986).

Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos impõe aos Estados o dever de assegurar, a qualquer pessoa acusada de uma infração penal, a garantia de ser prontamente informada, numa língua que compreenda, acerca da natureza e dos motivos da acusação contra ela apresentada e de fazer-se assistir gratuitamente por um intérprete, se não compreender ou não falar a língua utilizada no tribunal [artigo 14.º, n.º 3, alíneas *a)* e *f)*]; a *Convenção sobre os Direitos da Criança* obriga os Estados a garantir que a criança suspeita ou acusada de ter infringido a lei penal tenha direito a fazer-se assistir gratuitamente por um intérprete, se não compreender ou não falar a língua utilizada [artigo 40.º, n.º 2, alínea *b) vi)*]; a *Convenção Europeia dos Direitos do Homem* estabelece que qualquer pessoa presa deve ser informada, no mais breve prazo e em língua que compreenda, das razões da sua prisão e de qualquer acusação formulada contra ela (artigo 5.º, n.º 2) e que o acusado tem o direito a ser informado no mais curto prazo, em língua que entenda e de forma minuciosa, da natureza e da causa da acusação contra ele formulada, bem como a fazer-se assistir gratuitamente por intérprete, se não compreender ou não falar a língua usada no processo [artigo 6.º, n.º 3, alíneas *a)* e *f)*]; a *Convenção Americana sobre Direitos Humanos* estabelece que toda a pessoa acusada de delito tem direito a ser assistida gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do juízo ou tribunal [artigo 8.º, n.º 2, alínea *a)*].

Por outro lado, temos instrumentos de Direito internacional que versam especificamente sobre o estatuto dos trabalhadores migrantes, onde podemos encontrar o reconhecimento de direitos linguísticos e/ou o compromisso dos Estados com a adoção de medidas destinadas a assegurar o exercício desses direitos.

No quadro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo, a *Convenção n.º 97, relativa aos trabalhadores migrantes*, revista em 1949¹³, previu, nos seus Anexos I e II, que os Estados Parte deveriam instituir serviços de intérpretes quando fosse apropriado para facilitar a partida, viagem e acolhimento dos trabalhadores migrantes [artigo 6.º, alínea *b)*, do Anexo I, e artigo 7.º, alínea *b)*, do Anexo II], ao passo que a *Convenção n.º 143, relativa às migrações em condições abusivas e à promoção de igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes*, de 1975¹⁴,

¹³ *Convention concerning Migration for Employment*. Adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em 1 de julho de 1949. A versão portuguesa oficial pode ser consultada no instrumento de ratificação da Convenção pelo Estado português – Lei n.º 50/78, de 25 de julho, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 169, de 25 de julho de 1978. Entre os Estados de língua oficial portuguesa, apenas o Brasil e Portugal ratificaram a Convenção, em 1965 e 1978 respetivamente.

¹⁴ *Convention concerning Migrations in Abusive Conditions and the Promotion of Equality of Opportunity and Treatment of Migrant Workers*. Adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em 24 de junho

definiu como dever dos Estados Parte o de tomar todas as medidas ao seu alcance no sentido de ajudar e encorajar os esforços dos trabalhadores migrantes e suas famílias tendentes a preservar as suas identidades nacionais e étnicas, assim como os laços culturais com os países de origem, incluindo através da garantia, às crianças filhas de trabalhadores migrantes, da possibilidade de beneficiarem de um ensino na sua língua materna [artigo 12.º, alínea f)].

Já no quadro do Conselho da Europa, a *Convenção Europeia relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante*, de 1977¹⁵, estabelece um conjunto mais alargado de obrigações para os Estados, ainda que o seu âmbito seja mais reduzido, por só beneficiar os trabalhadores migrantes que sejam nacionais de um Estado Parte na Convenção e não os nacionais de países terceiros, nos termos do artigo 1.º, n.º 1. Os Estados Parte estão obrigados a utilizar pelo menos uma das línguas do país de origem e uma das línguas do país de acolhimento na redação do contrato de trabalho ou da oferta de emprego concreta, sempre que o recrutamento dos trabalhadores migrantes seja feito através de um órgão oficial ou de uma agência de colocação oficialmente reconhecida (artigo 5.º § 2). Sempre que o recrutamento seja feito por intermédio de um órgão oficial do país de acolhimento, as autoridades deste estão obrigadas a fornecer aos candidatos à emigração informações apropriadas sobre estada, condições e possibilidades de reagrupamento do agregado familiar, tipo de emprego, condições de trabalho e de vida, remunerações, transferência de poupanças, etc., antes da sua partida e numa língua que lhes seja acessível, para que possam tomar a decisão com pleno conhecimento de causa (artigo 6.º, n.º 2)¹⁶. Os Estados estão também obrigados a conceder aos trabalhadores migrantes a possibilidade de se fazerem assistir por um intérprete, em processo civil ou penal, caso os trabalhadores migrantes não compreendam ou não falem o idioma utilizado durante a audiência (artigo 26.º, n.º 2). A Convenção inclui disposições específicas sobre o ensino da língua do Estado de acolhimento e do Estado de origem, ainda que em termos ligeiramente diferentes, no que ecoa os termos adotados alguns meses antes por uma Diretiva do

de 1975. A versão portuguesa oficial pode ser consultada no instrumento de ratificação da Convenção pelo Estado português – Lei n.º 52/78, de 25 de julho, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 169, de 25 de julho de 1978. Entre os Estados de língua oficial portuguesa, apenas Portugal ratificou a Convenção.

¹⁵ *European Convention on the Legal Status of Migrant Workers*. Adotada e aberta à assinatura dos Estados em 24 de novembro de 1977. A versão portuguesa oficial pode ser consultada no instrumento de ratificação da Convenção pelo Estado português – Decreto n.º 162/78, de 27 de dezembro, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 296, de 27 de dezembro de 1978. Porque se trata de um instrumento adotado no quadro do Conselho da Europa, Portugal é o único Estado de língua oficial portuguesa Parte na Convenção.

¹⁶ A tradução para língua que o candidato à emigração possa compreender será normalmente assegurada pelo país de origem (artigo 6.º, n.º 2 *in fine*).

Conselho das Comunidades Europeias¹⁷. O ensino da língua ou línguas do Estado de acolhimento deverá ser facilitado por este Estado aos trabalhadores migrantes e seus familiares, a fim de facilitar o acesso às escolas de ensino geral e profissional, assim como aos centros de formação profissional (artigo 14.º, n.º 2). Quanto ao ensino da língua do Estado de origem, o que se prevê é que os Estados Parte interessados, agindo de comum acordo, tomem medidas tendentes a organizar, dentro do possível, cursos especiais para o ensino da língua materna do trabalhador migrante, em benefício dos seus filhos, a fim de lhes facilitar, *inter alia*, o regresso ao seu país de origem (artigo 15.º). Do que se trata aqui não é tanto da promoção do multilinguismo nos sistemas de ensino europeus, mas de um reflexo da compreensão das migrações internacionais que ainda era dominante no final da década de 1970, na Europa, segundo a qual a presença dos imigrantes era meramente temporária (ilustrada pela expressão “*guest workers*”) e estes acabariam por regressar aos respetivos países de origem a curto ou médio prazo. O que, como se sabe, não se confirmou.

A *Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias*, de 1990¹⁸, assume já o carácter marcadamente transnacional¹⁹ das migrações internacionais contemporâneas, ao impor aos Estados Parte que assegurem o respeito pela identidade cultural de todos os trabalhadores migrantes e membros das suas famílias e que não os impeçam de manter laços culturais com o respetivo Estado de origem (artigo 31.º) e ao reconhecer, aos trabalhadores migrantes e membros da família em situação regular, o direito de participar nos assuntos públicos do seu Estado de origem, incluindo votar e candidatar-se em eleições organizadas nesse Estado (artigo 41.º, n.º 1), por exemplo. No que toca aos direitos linguísticos, a Convenção, para além de incluir uma cláusula geral de não discriminação com base na língua (artigos 1.º e 7.º) e garantias de assistência linguística

¹⁷ Diretiva do Conselho, de 25 de julho de 1977, que tem por objetivo a escolarização dos filhos dos trabalhadores migrantes (77/486/CEE), publicada no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 199/32, de 6 de agosto de 1977.

¹⁸ *International Convention on the Protection of the Rights of all Migrant Workers and Members of their Families*. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1990. Uma versão portuguesa (não oficial) pode ser consultada no *site* do Gabinete de Documentação e Direito Comparado, em <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_5/IIIPAG3_5_1.htm>. Acesso em: 28 março 2018. Entre os Estados de língua oficial portuguesa, apenas Cabo Verde (1997), Moçambique (2013) São Tomé e Príncipe (2017) e Timor-Leste (2004) ratificaram a Convenção. A Guiné-Bissau assinou a Convenção em 2000.

¹⁹ Como observado, entre outros, por CASTLES, DE HAAS & MILLER (2014, 5), a crescente mobilidade proporcionada pelos avanços tecnológico permite aos migrantes manterem relações sociais e económicas permanentes tanto com o Estado de acolhimento como com o Estado de origem, nisto consistindo o carácter transnacional das migrações contemporâneas.

em processo penal [artigos 16.º, n.ºs 5 e 8, e 18.º, n.º 3, alíneas *a*) e *f*)]²⁰, à semelhança do que vimos para os tratados de direitos humanos generalistas, impõe aos Estados de emprego que adotem políticas para facilitar a integração dos filhos dos trabalhadores migrantes no sistema de ensino, nomeadamente através do ensino da língua local (artigo 45.º, n.º 2), e que se esforcem por proporcionar-lhes o ensino da sua língua materna e o acesso à sua cultura de origem (artigo 45.º, n.º 3), podendo inclusive assegurar sistemas especiais de ensino na língua materna dos filhos dos trabalhadores migrantes (artigo 45.º, n.º 4), em colaboração com os Estados de origem, se necessário ou oportuno.

Existe, para além disso, um muito grande número de instrumentos internacionais de *soft law* (declarações, recomendações, planos de ação, etc.) a sublinhar a importância de os indivíduos se expressarem na língua da sua escolha e de os Estados incentivarem a diversidade linguística, nomeadamente através da educação intercultural bilingue. A título exemplificativo, refira-se apenas a *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*, de 2001²¹, onde se afirma que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e que todas as pessoas devem ter a possibilidade de se exprimir e de criar e divulgar o seu trabalho numa língua da sua escolha e particularmente na sua língua materna (artigo 5.º) e onde se estabelece como uma das traves mestras do plano de ação para pôr em prática a Declaração o encorajamento da diversidade linguística – no respeito pela língua materna – em todos os níveis de ensino, sempre que possível, com promoção da aprendizagem de várias línguas desde a mais tenra idade (ponto 6 do anexo à Declaração).

Tudo isto contribui para que vivamos num tempo de crescente valorização do multilinguismo (OLIVEIRA, 2013, 419), o que é potenciado pelo carácter transnacional das migrações internacionais contemporâneas. Não subsistem dúvidas sobre a importância do domínio da língua em contextos migratórios, tanto como instrumento de integração na sociedade de acolhimento, como de manutenção dos laços com o país de origem, o que se reflete nos compromissos assumidos pelos Estados no sentido de possibilitar a aprendizagem da língua do país de acolhimento e da língua do país de

²⁰ Garantias alargadas aos processos de expulsão (artigo 22.º, n.º 3). O artigo 33.º exige dos Estados que estes facultem, aos trabalhadores migrantes e membros das suas famílias, informações sobre os direitos que lhe são reconhecidos pela Convenção, sobre condições de admissão, direitos e obrigações decorrentes da respetiva legislação interna, etc., na medida do possível, numa língua que compreendam.

²¹ *UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity*. Proclamada pela Conferência Geral da UNESCO em 2 de novembro de 2001. Uma versão portuguesa (não oficial) pode ser consultada no *site* do Gabinete de Documentação e Direito Comparado, em <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_20/IIIPAG3_20_3.htm>. Acesso em: 28 março 2018.

origem ou da língua materna. Tradicionalmente, como vimos, a garantia aos filhos dos trabalhadores migrantes do direito de aprenderem a sua língua materna era justificada por referência ao iminente regresso ao país de origem. Hoje, o ensino da língua materna é recomendado por organismos internacionais como a UNESCO por ter efeitos positivos para a assiduidade e o desempenho escolar das crianças, por contribuir para o desenvolvimento cognitivo e para o reforço da identidade cultural das crianças, por melhorar a qualidade da educação e por contribuir para práticas de cidadania assentes no respeito pela diferença, ao passo que o ensino bilingue é recomendado por potenciar uma maior capacidade das crianças para adquirirem novas línguas e novas culturas e para aprenderem outros conteúdos curriculares (MATEUS, 2011, 19).

2. Direitos linguísticos e migrações no mundo lusófono – a língua portuguesa como fator de mobilidade e instrumento de integração

A língua é reconhecidamente um importante fator de mobilidade e instrumento de integração, seja porque facilita o acesso ao território de países estrangeiros ou condiciona a escolha do país estrangeiro de destino, seja porque facilita a integração na sociedade de acolhimento (desde logo pelo acesso ao mercado de trabalho), seja ainda porque é um requisito habitual para o acesso à nacionalidade do Estado de acolhimento através da naturalização. É assim em todo o mundo e muito claramente no espaço lusófono, em que a língua portuguesa impulsiona a mobilidade intralusofonia e constitui um importante instrumento de integração, tanto enquanto língua segunda como enquanto língua de herança.

A língua portuguesa explica em larga medida a escolha de Portugal e do Brasil como países de destino para migrantes nacionais de Estados onde o Português é língua segunda, como Angola, Cabo Verde ou Moçambique, e a grande mobilidade observável dentro do espaço lusófono (também entre Portugal e o Brasil, com fluxos nos dois sentidos), com a crescente formação de diásporas internas à CPLP (OLIVEIRA, 2013, 424). A proximidade linguística faz presumir maiores facilidades de integração, o que explica as preferências dos migrantes e também as políticas das autoridades dos países de destino. Portugal, por exemplo, descurou durante muito tempo a necessidade de adotar políticas de integração para os imigrantes no país, por presumir que, sendo a nossa população imigrante maioritariamente oriunda de países de língua oficial portuguesa, não

existiriam dificuldades de maior com a sua integração na nossa sociedade (o que só começou a mudar quando estudos empíricos vieram contrariar esta expectativa).

A proximidade linguística (e as conexas afinidades históricas e culturais) relaciona-se diretamente com os “privilégios lusófonos” instituídos pela legislação portuguesa e pela legislação brasileira em favor dos imigrantes originários de países de língua oficial portuguesa, outro fator importante de atratividade de Portugal e do Brasil como países de destino. A Constituição da República Portuguesa (CRP), de 1976²², reconhece aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal, mediante reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso aos cargos de Presidente da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e o serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática (artigo 15.º, n.º 3), o que significa que estrangeiros lusófonos podem ser deputados, titulares de pastas ministeriais e magistrados judiciais e do Ministério Público, por exemplo. O Regulamento da Nacionalidade Portuguesa²³ determina que o conhecimento da língua portuguesa para efeitos de naturalização se presume existir para os interessados que sejam naturais e nacionais de país que tenha o português como língua oficial há pelo menos 10 anos e que residam em Portugal, independentemente de título, há pelo menos 5 anos (artigo 25.º, n.º 9). A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988²⁴, estabelece que a lei não poderá exigir aos originários de países de língua portuguesa mais do que residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral, como requisitos para a naturalização [artigo 12.º, II, alínea a)], para além de instituir um específico privilégio lusitano, ao dispor que, aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição (artigo 12.º § 1).

Mesmo onde não exista um explícito privilégio lusófono, é de prever que os nacionais de países de língua oficial portuguesa tenham vantagens comparativamente com outros estrangeiros no cumprimento dos requisitos linguísticos impostos por lei para a concessão de autorizações de residência, em Portugal, e para a naturalização, em

²² Disponível em: <<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/crp.html>>. Acesso em: 28 março 2018.

²³ Aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 71/2017, de 21 de junho.

²⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 março 2018.

Portugal e no Brasil. A lei de imigração portuguesa²⁵ exige como requisito para a concessão de autorização de residência permanente a prova de conhecimento do Português básico [artigo 80.º, n.º 1, alínea e)] e para a aquisição do estatuto de residente de longa duração a demonstração de fluência no Português básico [artigo 126.º, n.º 1, alínea e)], o que pode ser feito de vários modos, discriminados nos artigos 64.º e 74.º do Decreto Regulamentar da lei de imigração²⁶, incluindo mediante a apresentação de certificado de habilitações ou realização de teste em centro de avaliação de Português como língua estrangeira. A Lei de Migração brasileira²⁷ não fixa requisitos de proficiência linguística para a concessão de autorização de residência, mas fá-lo para a naturalização, exigindo que o naturalizando se comunique em língua portuguesa, consideradas as suas condições (artigos 65.º III e 69.º II). A Lei da Nacionalidade Portuguesa²⁸, por seu turno, exige que os naturalizados conheçam suficientemente a língua portuguesa [artigo 6.º, n.º 1, alínea c)], o que, à semelhança do que se passa para a lei de imigração, pode ser comprovado por vários meios, incluindo a apresentação de certificado de habilitações e aprovação em prova de língua portuguesa, nos termos do artigo 25.º do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa.

Enquanto países de emigração e de imigração, Portugal e o Brasil têm vários deveres resultantes dos padrões internacionais de direitos humanos e de outros compromissos internacionais. Para com os seus nacionais na diáspora, os dois Estados têm, desde logo, o dever de colaborar com os Estados estrangeiros de acolhimento para assegurar a oferta de ensino da língua portuguesa e em língua portuguesa. A necessidade de promover a oferta do ensino do Português como língua curricular nos países e regiões onde existam comunidades de nacionais de países de língua portuguesa tem sido, aliás, um tema recorrente das pronúncias feitas no quadro da CPLP, como o *Plano de Ação de Brasília*, de 2010²⁹, e o *Plano de Ação de Lisboa*, de 2013³⁰, o que é justificado pela importância das diásporas para a promoção e difusão da língua portuguesa no mundo. Na

²⁵ Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, na versão dada pela Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto (quinta alteração).

²⁶ Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, na versão dada pelo Decreto Regulamentar n.º 15-A/2015, de 2 de setembro (terceira alteração).

²⁷ Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 29 março 2018.

²⁸ Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, na versão dada pela Lei Orgânica n.º 9/2015, de 29 de julho (sétima alteração).

²⁹ Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/plano-de-acao-de-brasil-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa/3542>>. Acesso em: 30 março 2018.

³⁰ Citado *supra*, nota 1.

ordem jurídica portuguesa, o dever do Estado de assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa está consagrado em sede constitucional [artigo 74.º, alínea i), da CRP]. Este dever é concretizado no diploma que estabelece o regime jurídico do ensino do Português no estrangeiro, em cujo preâmbulo pode ler-se que o Estado tem como tarefas fundamentais assegurar o ensino e a valorização permanente da língua portuguesa, defender o seu uso e fomentar a sua difusão internacional e onde se assume a necessidade de desenvolver uma política mais ambiciosa para a língua portuguesa, já não votada exclusivamente às comunidades portuguesas na diáspora, mas baseada num esforço persistente de promoção do ensino e estudo da língua portuguesa à escala mundial, em colaboração, tanto quanto possível, com os demais Estados de língua oficial portuguesa³¹, cabendo ao Instituto Camões um papel-chave neste domínio. No Brasil, a promoção da língua portuguesa como língua de herança ou como língua de comunicação internacional não é imposta pela Constituição, mas o Departamento Cultural do Itamaraty inclui uma Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, que promove a difusão da língua portuguesa e coordena a gestão da Rede Brasil Cultural, formada por Leitorados, Núcleos de Estudos e Centros Culturais, estes últimos extensões de embaixadas onde que são oferecidos cursos de língua portuguesa (para diplomatas, militares e funções jurídicas, ou de preparação para o exame de proficiência em língua portuguesa CELPE-Bras), bem como atividades relacionadas com a cultura brasileira³².

Para com os estrangeiros nos seus territórios, Portugal e Brasil têm também deveres importantes, como sejam o de proporcionar aos imigrantes o ensino da língua portuguesa como língua segunda (instrumento de integração) e o ensino da sua língua materna, de preferência em programas de ensino bilingue, em conformidade com as recomendações da UNESCO. O discurso oficial do Estado português é no sentido de valorizar a diferença cultural trazida pela imigração, respeitar a cultura de origem dos imigrantes e promover a educação intercultural (JERÓNIMO, 2011, 356-357)³³, mas as medidas adotadas no domínio do ensino são sobretudo dirigidas à aprendizagem da língua e da cultura portuguesas, não existindo até ao momento programas de educação bilingue

³¹ Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto (versão original). Estes propósitos foram reiterados pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, que alterou o Decreto-Lei n.º 165/2006.

³² Informação disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural>>. Acesso em: 29 março 2018.

³³ Considere-se, por exemplo, o *Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020*, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 56, de 20 de março de 2015.

votados à integração dos imigrantes³⁴. O Alto Comissariado para as Migrações gere o programa *Português para Todos*, que se traduz na disponibilização à população imigrante, sem custos para os participantes, de cursos de formação de Português certificados, em escolas secundárias da rede pública e em alguns centros de emprego e formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), geralmente em horário noturno (pós-laboral)³⁵. O *Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020* propôs o reforço do ensino da língua portuguesa, através da revisão do programa *Português para Todos* e da promoção do ensino da língua portuguesa aos migrantes, crianças e adultos, com o envolvimento das escolas, do IEFP, de associações, ONG e empresas, bem como a consolidação dos programas de aprendizagem do Português como língua não materna, através da recolha de informação atualizada sobre o funcionamento do Português Língua Não Materna (PLNM) no sistema educativo e da realização de estudos de avaliação de impacto das medidas de política educativa definidas para o PLNM, etc. Continuam a faltar programas de alfabetização na língua materna das crianças migrantes e medidas aptas a lidar com o crescente multilinguismo observável nas escolas portuguesas de modo a ultrapassar a “invisibilidade linguística” das minorias formadas pela imigração.

No Brasil, o discurso oficial foi durante muito tempo assumidamente hostil ao bilinguismo, com campanhas – como a Campanha da Nacionalização do Ensino (1937-1945) – destinadas a impedir que os brasileiros vivessem as suas vidas em línguas que não o Português (o que se traduziu na repressão das 38 línguas de imigração faladas no país), mas tem vindo a revelar-se sensível à importância da diversidade linguística, com iniciativas como o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e a cooficialização de línguas a nível municipal³⁶ (OLIVEIRA, 2013, 428-431). Para além disso, em virtude da sua integração no MERCOSUL e de acordos bilaterais com países vizinhos (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela), o Brasil tem vindo a desenvolver vários projetos de ensino bilingue (Português/Espanhol), nomeadamente para as regiões fronteiriças, como o

³⁴ O único programa de ensino bilingue existente em Portugal, ainda em fase piloto, é de Português/Inglês. Projeto Ensino Bilingue Precoce no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Informação disponível em: <<http://www.dge.mec.pt/implementacao-do-projeto-ensino-bilingue-precoces-no-1o-ciclo-do-ensino-basico>>. Acesso em: 29 março 2018.

³⁵ Informação disponível em: <<http://www.acm.gov.pt/pt/-/programa-ppt-portugues-para-todos>>. Acesso em: 30 março 2018.

³⁶ Considere-se, por exemplo, a Lei n.º 145/2002 do município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, que cooficializou as línguas nhengatu, tukano e baniwa, paralelamente ao Português (CARVALHO & SCHLATTER, 2011, 264).

Projeto Escola Intercultural Bilingue de Fronteira (CARVALHO & SCHLATTER, 2011, 275-278; CARVALHO, 2012, 475-479). Esta aposta no ensino do Espanhol está, no entanto, a perder terreno para o ensino do Inglês. A Lei n.º 16.161, de 5 de agosto de 2005³⁷, que impunha a implantação, até 2010, do ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, nos currículos plenos do ensino médio, foi revogada em 2017, pela Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017³⁸, nos termos da qual os currículos do ensino médio devem incluir, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa, podendo oferecer outras línguas estrangeiras, com caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino (artigo 35.º-A § 4). Segundo a Lei de Migração, de 2017, a política migratória brasileira rege-se, entre outros, pelos princípios de igualdade de tratamento e de oportunidades ao migrante e seus familiares, de acesso igualitário e livre do migrante à educação, e de proteção integral e atenção ao superior interesse da criança migrante (artigo 3.º IX, XI e XVII). A Lei de Migração nada diz sobre políticas ou medidas de integração, nem sobre a aprendizagem de línguas neste contexto, e o mesmo se passa com o Regulamento da Lei de Migração³⁹, apesar de terem sido avançadas propostas, perante o Conselho Nacional de Imigração, no sentido de incluir no texto do Regulamento então em discussão pública uma menção à inserção linguístico-cultural dos migrantes, de modo a “garantir, por meio de políticas públicas, o acesso pleno à aquisição da língua portuguesa, com a garantia do reconhecimento e valorização da diversidade linguístico-cultural de crianças, jovens e adultos no sistema educacional em geral”, inclusive através da formação continuada de agentes escolares, professores, supervisores, etc. para o pleno acolhimento e inserção educacional dos imigrantes e refugiados no campo educacional⁴⁰. Na ausência de políticas públicas bem definidas, o ensino de Português para Estrangeiros continuará a depender em larga medida da iniciativa de algumas escolas e académicos mais dedicados, do mesmo modo que o ensino das línguas maternas dos imigrantes continuará a depender da iniciativa das comunidades

³⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11161.htm>. Acesso em: 30 março 2018.

³⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art22>. Acesso em: 30 março 2018.

³⁹ Decreto n.º 9.199, de 20 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm>. Acesso em: 30 março 2018.

⁴⁰ Devo esta informação à colega Lucia Maria de Assunção Barbosa, Professora de Português para Estrangeiros na Universidade de Brasília, que foi co-autora desta proposta no Fórum de Participação Social do Conselho Nacional de Imigração de 4 de agosto de 2017, em que foi discutido o desejável conteúdo do Regulamento da Lei de Migração.

falantes dessas línguas. Muito há ainda a fazer, portanto, tanto no Brasil, como em Portugal.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Simone da Costa. Políticas de promoção internacional da língua portuguesa. Ações na América Latina. **Trab. Ling. Aplic.** Campinas, n. 51.2, 2012, pp. 459-484.

CARVALHO, Simone da Costa & SCHLATTER, Margarete. Ações de difusão internacional da língua portuguesa. **Cadernos do IL**. Porto Alegre, n. 42, 2011, pp. 260-284.

CASTLES, Stephen, DE HAAS, Hein & MILLER, Marc J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 5. ed. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2014.

CORREIA, Catarina Pinto. La définition des minorités. **Direito e Justiça**. Lisboa, vol. XIV, tomo 2, 2000, pp. 13-28.

JERÓNIMO, Patrícia. Direito Público e Ciências Sociais: O contributo da Antropologia para uma densificação “culturalista” dos direitos fundamentais. **Scientia Iuridica**. Braga, tomo LX, n. 326, 2011, pp. 345-383.

JERÓNIMO, Patrícia. Minorias. In: GOUVEIA, Jorge Bacelar, e COUTINHO, Francisco Pereira. **Enciclopédia da Constituição Portuguesa**. Lisboa: Quid Juris, 2013, pp. 247-248.

JERÓNIMO, Patrícia & VINK, Maarten. Os múltiplos de cidadania e os seus direitos. In: LOBO, Marina Costa. **Portugal e a Europa: Novas Cidadanias**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, pp. 21-50.

MATEUS, Maria Helena Mira. Diversidade linguística na escola portuguesa. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa, n. 18, 2011, pp. 13-24.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: A língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trab. Ling. Aplic.** Campinas, n. 52.2, 2013, pp. 409-433.

SHELTON, Dinah L. **Advanced Introduction to International Human Rights Law**. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.